

"Buraco branco" retira reforma agrária do texto

Carmem Kozak

Depois do buraco negro, os constituintes já criaram outra expressão que define o que ocorrerá, caso o impasse em torno do Capítulo da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária permaneça: é o chamado **buraco branco**. Essa nova situação acontecerá se nenhuma das propostas apresentadas para preencher o vazio da Reforma Agrária alcançar a maioria absoluta no plenário para aprovação, fazendo com que o tema não conste do texto da futura Constituição. Nesse caso ficaria valendo a regulamentação atual, que é o Estatuto da Terra, aprovado no governo Castelo Branco.



A possibilidade do **buraco branco** foi admitida ontem durante uma reunião na residência do deputado Ulysses Guimarães, da qual participaram o relator Bernardo Cabral e os relatores adjuntos. O ponto central da conversa foi a interpretação a ser dada ao regimento interno, que não trata, detalhadamente, do procedimento a ser tomado durante a votação das propostas que deverão ser apresentadas até às 21h00 de hoje.

Nesse encontro, ficou definido também que a proposta da relatoria terá preferência na votação. Ou seja, mesmo que as emendas coletivas do Centrão e da liderança do PMDB tenham mais de 280 assinaturas, a única assinatura do deputado Bernardo Cabral — ao contrário das situações anteriores — terá mais valor. Caso o texto da relatoria seja rejeitado, entra automaticamente em votação o que tiver o maior número de adesões. Se for

aprovado, no entanto, todos os outros ficam prejudicados.

O critério para a apresentação de destaques a esses textos, que obrigatoriamente terão que conter as propostas já em discussão, é o mesmo utilizado até o momento. Depois da publicação, os constituintes poderão encaminhar seus pedidos à Secretaria da Constituinte, desde que apoiados por no mínimo, 187 parlamentares. Não houve consenso, porém, em relação à validade das emendas já apresentadas aos textos do Centrão e da Comissão de Sistematização que foram rejeitados pelo plenário nas votações de quarta e quinta-feira.

Buraco Branco

A possibilidade do buraco branco já é consenso para a Mesa da Constituinte e a relatoria. Eles entendem que mesmo se tratando de capítulo inteiro deverá ser aplicado o previsto para os buracos negros de artigo. A situação já ocorreu durante a votação do artigo que tratava do direito de greve e sindicalização dos funcionários públicos, quando o texto da Sistematização e do Centrão não alcançaram os 280 votos necessários. Na época o relator Bernardo Cabral apelou para o consenso argumentando que seria «lamentável» a matéria não ser tratada na futura Constituição.

Como o regimento interno não trata, especificamente, da mesma situação para capítulos inteiros, alguns parlamentares estão discordando dessa interpretação. Ontem, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), um dos poucos regimentalistas do Congresso, assegurou que essa discussão é «infinita». Isso significa que em caso de rejeição de todas as propostas são reabertos novos prazos para apresentação de emendas até que uma delas seja aprovada.

Cabral adverte para perigo

Josemar Gonçalves

O relator da Constituinte, Bernardo Cabral, passou todo o dia de ontem tentando convencer as lideranças partidárias e do Centrão a não apresentarem isoladamente um texto ao capítulo que trata da reforma agrária a fim de não excluir o tema da nova Carta. O deputado tem até hoje, às 21h00, para oferecer uma nova redação sobre o assunto já que as propostas do «Centrão» e da Comissão de Sistematização foram rejeitadas pelo plenário, ontem.

Pelo seu lado, o PFL já tem pronta emenda que impede a desapropriação das propriedades produtivas e está colhendo as 280 assinaturas necessárias para que a proposta seja votada na próxima terça-feira. O PMDB também tem sua proposta sobre a matéria, mas prefere aguardar o texto do relator.

Riscos

Segundo o relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), é muito difícil um acordo quanto ao conteúdo da proposição alternativa a ser apresentada pelo deputado Bernardo Cabral. A seu ver, o que poderá ocorrer é um entendimento sobre a tática de votação da matéria. «O melhor seria aprovar o texto do relator e, em seguida, cada grupo apresentaria a sua emenda», sugeriu o senador.

Ele adverte que qualquer grupo que apresente uma emenda coletiva estará colocando em risco a própria inclusão do tema na nova Constituição. Explica que uma proposta que não seja a do relator poderá radicalizar novamente o processo de votação acabando por inviabilizar a matéria.

Avanços

Depois de destacar que Bernardo Cabral está tendo como base para o seu texto a proposta que



Cabral acha que tem a solução

resultou das negociações entre as lideranças, José Fogaça pediu aos constituintes que são favoráveis à reforma agrária que votem pela aprovação do texto do relator. Ele ressalva que mesmo que a emenda não agrade em todo a um determinado grupo, ela deve ser aprovada, uma vez que poderá ser aperfeiçoada pelo plenário.

O relator poderá manter a sugestão dos líderes partidários de dar um tratamento privilegiado às propriedades remetendo para a lei as exigências mínimas e normas para o cumprimento da função social, sob pena de sua desapropriação. A proposta é rejeitada pela UDR. O texto mais de acordo com as exigências dos conservadores prevê que a propriedade produtiva é intocável, mas admite que a lei irá fixar o conceito de imóvel produtivo.

Lei ordinária é alternativa

Remeter à lei ordinária a forma de desapropriação de propriedades consideradas produtivas, mas que não cumpram as funções sociais. Este é o termo do texto que o relator Bernardo Cabral começou a delinear ontem pela manhã, em reunião na residência do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com o propósito de buscar um acordo que retire do «buraco negro» a questão do capítulo referente à reforma agrária. Embora ainda iniciadas as discussões, Ulysses Guimarães demonstrou esperanças em torno de um entendimento. «Quando as duas partes têm a perder, é aconselhado um entendimento, e o buraco não pode ser considerado uma sepultura, mas uma saída do impasse», afirmou.



Os entendimentos do líder José Lourenço em torno da reforma agrária movimentaram ontem vários parlamentares do Centrão

Centrão quer jogar na lei as punições

O Centrão pretende apresentar hoje, até às 9h00, um texto sobre reforma agrária com 280 assinaturas de apoio, o que lhe daria prioridade na votação de terça-feira. Após várias reuniões, ficou decidido ontem que o melhor é jogar na lei complementar a previsão de sanções para a propriedade produtiva que não cumprir a função social, sem, contudo, falar agora na palavra desapropriação.

Ao confirmar esta informação, o deputado Alysso Paulinelli revelou que o Centrão encarregou em cada Estado um de seus integrantes para colher as assinaturas necessárias, já que muitos querem antes conhecer o texto, enquanto outros assinaram por antecipação.

Segundo Paulinelli, no novo texto de emenda não falam em desapropriação nem mudam um milímetro da posição em defesa da propriedade produtiva. Ele acha também que nenhuma das soluções apresentadas até agora para acordo dá tranquilidade ao campo embora aposte em que alguns constituintes cederão e ajudarão o Centrão a aprovar sua proposição.

Ele também não acha que exista radicalização da parte do grupo ao qual está unido. Apenas não entende o que mais querem de uma terra produtiva que já se submete a função social. Ora, **alagou**, nada é imune a desapropriação por interesse social, mas se isso atinge a propriedade produtiva, não pode ser pago por título da Dívida Pública.

UDR vencerá se o impasse persistir

Quase todos, na Constituinte, ainda acreditam num acordo para a votação do capítulo constitucional relativo a reforma agrária. Mas se persistir o «buraco negro», quem ganha é o Centrão, por conseguinte, a UDR — porque só poderá haver desapropriação de terras mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

Este é o princípio geral já aprovado pela Constituinte e que consta do parágrafo 3º do artigo 6º do projeto de Constituição. Ali se garante o direito de propriedade e só se ressalva da justa e prévia indenização em dinheiro os casos previstos na Constituição. Seria justamente o caso da Reforma Agrária. O artigo 21º do projeto da Comissão de Sistematização (217 da proposta do Centrão) prevê que, neste caso, a indenização seja paga em Títulos da Dívida Agrária.

Se persistir, porém, o «buraco negro», o Capítulo II deixa de existir e esse dispositivo desaparece também, então, fica a regra geral do parágrafo 3º do artigo 6º.

Cabral vai servir-se principalmente do texto que quase resultou em acordo geral no final da tarde de quinta-feira. E o que remete para a lei a delicada questão da propriedade produtiva. Diz o texto: a lei garantirá tratamento especial a propriedade produtiva, fixando normas para satisfação das exigências relativas a função social, sob pena de torná-la passível de desapropriação, nos termos do artigo 218.

“Questão fundiária deve representar o pensamento médio”

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jäder Barbalho, expressou ontem sua expectativa de que um acordo sobre a questão agrária seja votado até terça-feira próxima pela Constituinte. Esse acordo, que representa o resultado de um processo envolvendo em suas etapas anteriores a rejeição tanto do projeto do Centrão como do originário da Comissão de Sistematização, deverá manifestar o pensamento médio da sociedade brasileira a respeito da reforma agrária, que admitiria a fixação, na nova Constituição, de dispositivo conceituando a função social da propriedade, a qual já estabelecido no Estatuto da Terra desde que foi instituído, em 1964.

Jäder Barbalho acredita que o melhor caminho para se sair do impasse criado na Constituinte com relação à questão da reforma agrária é o entendimento e a apresentação de um texto que possa abranger parte do que foi apresentado pela Comissão de Sistematização, em especial no que diz respeito à função social da terra, e o Decreto 2.363, de outubro do ano passado, assinado pelo presidente Sarney, a partir do qual já foram desapropriados 1 milhão e 300 mil hectares.

O ministro acredita que o acordo a ser firmado pelos Constituintes prevê, ainda, a definição dos critérios de indenização aos proprietários desapropriados e a imissão na posse da terra. A concei-

Para líder, rejeições vão forçar acordo

Porto Alegre — «O sr. Ronaldo Caiado está tratando de fazer o que aparentemente tanto abomina, que é preparar sua carreira política. E já apresenta alguns vícios, como o de cantar vitória quando perde». A opinião foi manifestada ontem pelo líder do PMDB na Câmara dos deputados, Ibsen Pinheiro (RS), ao classificar como extremamente positivo o «buraco negro» surgido em torno da votação do capítulo que trata da reforma agrária pela Constituinte.

Conforme ele, a derrota da proposta do centrão e a rejeição também do texto da comissão de sistematização foram articuladas pela liderança do partido na Constituinte através do senador Mário Covas. «Com equilíbrio, o senador conseguiu encaminhar a reforma agrária para uma solução negociada e que não seja inócua, pois permitirá a realização, de fato, da reforma no Brasil».

Negociação

Ele sustentou que, se não houver entendimento em torno de uma nova proposta, a posição do PMDB, que conjuga os critérios de produtividade e função social para as desapropriações, já conquistou o apoio de setores conservadores que antes apostavam na posição do Centrão e da União Democrática Ruralista (UDR).

Adesões são disputadas no aeroporto

Certos da debandada dos parlamentares no fim de semana, os progressistas e os representantes do Centrão tiveram de trocar o Salão Verde da Câmara pelo saguão do aeroporto de Brasília, para continuar a luta entre os dois grupos: desta vez, a busca era pelas 280 assinaturas necessárias para apresentação de destaques da emenda ao capítulo da reforma agrária, que tem de ser reunidas até amanhã.

De um lado, Fábio Sabóia, assessor da UDR, de outro, Antonio Araújo, funcionário da liderança do PMDB na Constituinte, buscando adesões a emenda patrocinada pelo líder Mário Covas.

Os dois começaram a trabalhar às 7h00. Munidos de uma ficha com todos os horários de voo saindo de Brasília, eles se postavam diante dos lotados guichês de embarque em busca de uma assinatura de parlamentar. Tiveram muita sorte. O dia de ontem foi muito movimentado no aeroporto de Brasília.